

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Franca – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Ênfase

Conforme nota explicativa nº 5, a Entidade firmou contratos para negociação de Títulos de Capitalização junto a Invest Capitalização conforme processos SUSEP da InvestCap sob. nºs 15414.900442/2015-58 e 15414.900445/2015-91, respectivamente. Esta operação é administrada pela empresa SJC CAP Intermediação de Serviços e Negócios Mobilários LTDA, CNPJ: 18.296.667/0001-49, os quais mensalmente são incorporadas as transações contábeis e financeiras da Federação das Apaes do Estado de São Paulo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas.

A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em Reais

	Nota	2018	2017
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	3	-	146
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	3.1	16.031	14.137
Aplicações financeiras - sem restrição	4.1	117.808	607.124
Aplicações financeiras - com restrição	4	4.017.967	2.471.685
Investimentos em título de capitalização	5	5.776.681	4.752.511
Adiantamento		15.277	21.746
Outros ativos circulantes		86.586	35.761
Total ativo circulante		<u>10.030.350</u>	<u>7.903.110</u>
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Aplicações financeiras - fundo de reserva		4.338.050	3.285.254
Aplicações financeiras - f. de verba rescisória		560.954	-
Depósito judicial		2.153	3.798
Investimentos		1.631	1.111
Imobilizado líquido	6	1.524.380	1.430.629
Intangível		5.620	5.620
Total ativo não circulante		<u>6.432.788</u>	<u>4.726.412</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>16.463.138</u>	<u>12.629.522</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em Reais

	Nota	2018	2017
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		60.823	40.174
Obrigações sociais e fiscais	7	114.252	81.746
Depósito garantidor - título de capitalização	5	5.776.681	4.699.265
Outras obrigações - valecap	5	48.237	53.200
Outras obrigações - seguros		1.721	-
Parcelamento de tributos	8	129.779	106.446
Provisão Repasse FENAPAES	9.1	2.736.307	1.835.357
Provisão Repasse fundo de projetos	9.2	811.113	236.354
Provisão Repasse apaes invest	9.3	470.547	399.974
Total passivo circulante		10.149.460	7.452.516
NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento de tributos	8	615.355	756.869
Contingências a pagar	10	107.760	108.000
Total passivo não circulante		723.115	864.869
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		5.590.563	4.312.137
Total do patrimônio líquido		5.590.563	4.312.137
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.463.138	12.629.522

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Demonstração do Resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em Reais

RECEITAS	Nota	2018	2017
Receita própria FEAPAES		215.958	540.615
Repasse Federação			
Apae energia	11 e 12.1	2.724.159	2.676.975
Revista coop	12.2	304.015	268.122
Campanha troco do bem	12.2	380.972	373.454
Capitalização - produto valecap - modalidade incentivo	5.1 e 12.3	9.118.801	7.614.393
Contribuição anual APAE	12.4	117.859	56.736
Contribuição mensal APAE	12.4	295.936	383.484
Renegociação de Contribuição	12.4	35.701	34.621
Algar telecom	12.5	112.044	76.473
Receita - Doação leite	12.6	1.392.606	-
Receitas financeiras		474.540	551.406
Receita trabalho voluntário	13	129.190	264.910
Isenção quota patronal	14	211.902	208.404
Outras		28.593	9.531
Total das Receitas		15.542.276	13.059.124

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Demonstração do Resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em Reais

DESPESAS

Aplicação recursos de repasses	12	(7.734.330)	(5.991.547)
Administrativo		(869.389)	(732.776)
Diretoria		(111.827)	(129.601)
Ouvidoria		(460.408)	(406.236)
Equipe da qualidade		(375.111)	(399.406)
Juridico		(162.534)	(119.190)
Captação de recursos		(45.666)	(85.034)
Comunicação		(260.276)	(191.524)
Capacitação		(290.948)	(320.970)
Coordenadoria e grupo de trabalho		(31.108)	(15.583)
Programas		(124.508)	(121.447)
Eventos estatutarios		(187.627)	(288.875)
Tributárias		(2.302)	(6.531)
Financeiras		(33.839)	(65.718)
Provisão fundo de projetos		(1.370.319)	(656.742)
Provisão de repasse - fenapae		(1.782.537)	(1.646.881)
Provisão apaes invest incentivo		(70.573)	(399.974)
Provisão para contingências		(9.416)	(108.000)
Trabalho voluntário	13	(129.190)	(264.910)
Isenção quota patronal	14	(211.922)	(208.404)
Total das despesas		(14.263.830)	(12.159.349)
Superávit /(déficit) do exercício		1.278.426	899.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em Reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit/ (Déficit) Exercício</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.412.362	-	3.412.362
Superávit do exercício	-	899.775	899.775
Transferência para patrimônio social	899.775	(899.775)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	4.312.137	-	4.312.137
Superávit do exercício	-	1.278.426	1.278.426
Transferência para patrimônio social	1.278.426	(1.278.426)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	5.590.563	-	5.590.563

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Demonstração do Fluxo de Caixa Para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em Reais

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	1.278.426	899.775
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	148.593	115.104
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	4.068	20.917
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Contingencia	(240)	(52.261)
Redução (aumento) do ativo		
Outros ativos	(1.067.401)	(411.815)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	20.649	(1.451)
Obrigações sociais e fiscais	32.506	36.541
Deposito garantidor	1.077.416	360.003
Repasse	1.546.282	11.726
Outros passivos	(121.423)	(42.510)
Geração (utilização) de caixa as atividades operacionais	<u>2.918.876</u>	<u>936.029</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(246.412)	(159.445)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>(246.412)</u>	<u>(159.445)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(1.037.037)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>(1.037.037)</u>
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	2.672.464	(260.453)
Caixa e equivalentes no início do período	6.378.346	6.638.799
Caixa e equivalentes no fim do período	9.050.810	6.378.346
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	2.672.464	(260.453)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ENTIDADE É uma associação civil, beneficente de assistência social, assessoramento, defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência intelectual/ou múltipla; defesa, efetivação e construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, dirigidos ao público da política de assistência social, nas áreas da educação, saúde, esporte, cultura, formação do trabalho, estudo e pesquisa, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, conforme o artigo 2º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme artigo 4º da Lei 91/35 e pelo artigo 50 do Decreto nº 50.517/61, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 45.092 de 03/08/2000, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei nº 2642/99, Registrado no Conselho Municipal de Educação e/ou Saúde e/ou Assistência Social, Registrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Registrado no Conselho Municipal do Idoso, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), sob protocolado no MDS nº 71000.059784/2017-87, 52078/2018, com validade de 21/12/2017 a 20/12/2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fiscais legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluam a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018.

Reconhecimento de receita

As receitas provenientes de doações e contribuições espontâneas são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisoes

As provisoes sao reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigacao legal ou constituida como resultado de um evento passado, e provavel que um recurso economico seja requerido para saldar a obrigacao. As provisoes sao registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido

g) Gratuidades Concedidas

Estao demonstradas conforme legislacao vigente Lei n.º 12.101/09.

h) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – COM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Banco Sicoob C/C 5154-3	-	146
Total	-	146

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – SEM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Banco Sicoob C/C 5782-7	5.174	19
Banco Sicoob C/C 7578-7	12	861
Banco Sicoob C/C 4558-6	200	256
Banco Sicoob C/C 5157-8	200	472
Banco Sicoob C/C 3640-4	5.540	7.568
Banco Sicoob C/C 5351-1	164	483
Banco Sicoob C/C 5154-3	102	-
Banco Bradesco C/C 0136167-8	4.639	4.478
Total	16.031	14.137

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – COM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Aplicação Banco Sicoob C/C 5.157-8	2.736.307	1.835.357
Aplicação Banco Sicoob C/C 4558-6	811.113	236.354
Aplicação Banco Sicoob C/C 5351-1	470.547	399.974
Total	<u>4.017.967</u>	<u>2.471.685</u>

4.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SEM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Aplicação Banco Sicoob C/C 4558-6	72.854	14.504
Aplicação Banco Sicoob C/C 5.157-8	42.661	361.005
Poupança Bradesco C/P 136.167-8	2.053	1.719
Aplicação Banco Sicoob C/C 5351-1	137	229
Aplicação Banco Sicoob 7.578-7	103	229.667
Total	<u>117.808</u>	<u>607.124</u>

5. TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO- COM RESTRIÇÃO

A Entidade firmou contratos para negociação de Títulos de Capitalização junto a Invest Capitalização conforme processos SUSEP da InvestCap sob. nºs 15414.900442/2015-58 e 15414.900445/2015-91, respectivamente.

Esta operação é administrada pela empresa SJC CAP Intermediação de Serviços e Negócios Mobilários LTDA, CNPJ: 18.296.667/0001-49, os quais mensalmente são incorporadas as transações contábeis e financeiras da Federação das Apaes do Estado de São Paulo.

5.1 RECEITA TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO- COM RESTRIÇÃO

Durante o exercício de 2018 a Instituição obteve receita no montante de R\$ 9.118.801 (Modalidade Incentivo) referente as transações envolvendo título de capitalização mencionado na nota 5.

6. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Anual</u>	<u>Saldo 31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo 31.12.2018</u>
	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Custo						
Edificações	-	1.200.000	-	-	-	1.200.000
Equipamentos	10	72.502	26.331	-	-	98.833
Móveis e utensílios	10	92.335	33.720	(2.948)	-	123.107
Veículos	20	273.052	60.900	-	-	333.952
Computadores e periféricos	20	122.495	121.064	(12.616)	-	230.943
Instalações	10	33.000	-	-	-	33.000
Aparelhos de telecomunicação	10	10.441	4.397	-	-	14.838
Total		1.803.825	246.412	(15.564)	-	2.034.673
Depreciação Acumulada						
Edificações		(88.552)	(48.000)	-	-	(136.552)
Equipamentos		(22.517)	(6.673)	-	-	(29.190)
Móveis e utensílios		(18.564)	(9.804)	290	-	(28.078)
Veículos		(140.407)	(49.916)	-	-	(190.323)
Computadores e periféricos		(99.705)	(29.522)	11.190	-	(118.037)
Instalações		(2.463)	(3.300)	-	-	(5.763)
Aparelhos de telecomunicação		(988)	(1.378)	16	-	(2.350)
Total		(373.196)	(148.593)	11.496	-	(510.293)
Total		1.430.629	97.819	(4.068)	-	1.524.380

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2018	2017
Salários a pagar	28.937	39.256
INSS a recoher	7.968	5.558
FGTS a recoher	6.324	5.368
PIS a recolher	717	679
Férias a pagar	65.976	28.649
Outros	4.330	2.236
Total	114.252	81.746

8. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

	<u>Taxa Mês</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>Total 2018</u>	<u>Total 2017</u>
Parcelamento INSS/ PGFN	Selic	121.165	523.606	644.771	739.003
Parcelamento INSS/PGFN	Selic	4.560	19.707	24.267	27.813
Parcelamento FGTS	Selic	4.054	72.042	76.096	96.499
Total		129.779	615.355	745.134	863.315

9. PROVISÕES PASSIVO

A Entidade possui provisões referente a repasse a serem efetuados para FENAPAES E APAES do estado sobre a parceria do VALE CAP, sendo essas destacadas abaixo:

9.1. PROVISÃO REPASSE FENAPAES – CONTA 5157-8

Valores proveniente da parceria VALE CAP, sendo representado por 20% do valor recebido, onde metade (10%) é repassado a FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES e metade (10%) acumulada em provisão para decisão conforme abaixo:

No dia 03 dezembro 2018 foi acordado em ata que o valor de R\$ 2.457.432,69 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos) provisionados até novembro/18, será repassado as APAES do estado de São Paulo através desta Federação das APAES por meio de projetos na área de Assistência Social de no valor até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

O valor subsequente do mês de dezembro, foi provisionado em sua integralidade para repasse parcial em janeiro/19 e restante provisionado a fim de ser redistribuído as porcentagens da parceria do VALE CAP em decisão na reunião de diretoria do dia 15 e 16 de março de 2019.

VALOR FENAPAES DECISÃO REPASSE AS APAES 03/12/2018	2.457.432
VALOR REPASSE A FENAPAES JANEIRO 2019	103.083
VALOR FENAPAES PROVISIONADO DECISÃO 15 E 16 DE MARÇO	175.792
Total provisionado Dezembro 2018	2.736.307

9.2. PROVISÃO REPASSE FUNDO DE PROJETOS – CONTA 4558-6

Valores proveniente da parceria VALE CAP, sendo representado por 15% do valor recebido. O Fundo de Projetos foi instituído em reunião de diretoria executiva e conselho de administração conforme ata do dia 19 de março de 2016, ao qual tem o objetivo contribuir para a melhoria dos serviços prestados pelas APAES aos seus usuários, construindo para a qualidade de vida e autonomia da pessoa com deficiência, sendo assim projetos nas áreas de Assistência Social, Educação e Saúde de até o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), abrangendo todas as APAES do Estado de São Paulo.

Os valores são provisionados mensalmente com repasses por (ciclo) quadrimestre, com abertura do edital, documentação e projeto a ser enviado com comissão para analisar e conceder a aprovação, assunto acordado na reunião de diretoria executiva e conselho de administração do dia 10 de fevereiro de 2017.

Valores provisionados dezembro de 2018 para repasse no próximo ciclo:

PROVISÃO FUNDO DE PROJETOS	811.113
-----------------------------------	----------------

9.3. PROVISÃO APAES – CONTA 5351-1

Valores proveniente da parceria VALE CAP, sendo representado por 35% do valor recebido. O repasse mensal as APAES do Vale do Paraíba é o direito que as APAES possuem por ser a região de comercialização dos títulos.

As APAES possuem projetos e documentação (incluso certificações, certidões e informações) a serem analisadas para inclusão, renovação e atualização anual com prestações de contas mensais a está Federação das APAES. Sendo requisito a prestação aprovada para liberação do repasse seguinte.

PROVISÃO REPASSE AS APAES:

Resgate Dezembro/18 com repasse em Janeiro/19

APAE DE APARECIDA	27.157
APAE DE CAÇAPAVA	31.312
APAE DE CACHOEIRA PAULISTA	10.982
APAE DE CAMPOS DO JORDÃO	12.911
APAE DE CARAGUATATUBA	19.589
APAE DE CRUZEIRO	29.977
APAE DE CUNHA	14.395
APAE DE GUARATINGUETÁ	37.693
APAE DE ILHABELA	17.511
APAE DE JACAREÍ	31.461
APAE DE LORENA	27.157
APAE DE ROSEIRA	7.272
APAE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	46.004
APAE DE PINDAMONHANGABA	32.648
APAE DE TAUBATÉ	39.771
APAE DE UBATUBA	18.994
APAE DE SÃO SEBASTIÃO	17.660
APAE DE SANTO ANTONIO DO PINHAL	5.193
Total	<u>427.687</u>

PRESTAÇÕES PENDENTES APAE	RESGATE/REPASSE	VALOR
APAE DE CARAGUATATUBA	out/nov	14.228
APAE DE CARAGUATATUBA	nov/dez	11.514
Total		25.742
APAE DE ILHA BELA	nov/dez	10.293
Total		10.293
APAE DE SANTO ANTONIO DE PINHAL	out/nov	3.772
APAE DE SANTO ANTONIO DE PINHAL	nov/dez	3.052
Total		6.825
TOTAL PROVISIONADO		470.547

10. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Entidade responde por processos judiciais que envolvem responsabilidades contingenciais. Em 31 de dezembro de 2018 a Administração da Entidade com base na opinião de seus consultores legais, optou em constituir provisão no montante R\$ 107.760 (R\$ 108.000 em 2017). A Entidade também responde por processos judiciais que envolvendo risco de perda remota, portanto, não foi constituída a provisão para os referidos processos.

11. RECEITAS E REPASSES "APAE ENERGIA"

Esses valores são cobrados em conta de despesas de energia elétrica, conseqüentemente uma parte fica com a "Federação" e outra parte a repassado para APAES beneficiadas da região onde o valor é captado.

12. APLICAÇÃO DE RECURSOS DE REPASSES DO VALE CAP

Conforme resolução nº 01 de 01 de maio de 2015, a Federação das Apaes do Estado de São Paulo, tendo firmado uma parceria junto a Invest Capitalização S/A, por meio da venda de títulos de Capitalização na modalidade Popular e posteriormente incentivo são direcionados a Feapaes, 18 APAES.

12.1 RECEITA APAE ENERGIA

	2018	2017
RECEITA APAE ENERGIA		
Recebimento Apae Energia	2.724.159	2.676.975
Repasse Apae Póa	(38.425)	(23.489)
Repasse Apae Suzano	(43.896)	(13.857)
Repasse Apae Biritiba Miriam	(1.172)	(1.220)
Repasse Apae Cruzeiro	(151.208)	(185.619)
Repasse Apae de Canas	-	(91)
Repasse Apae Caraguatatuba	(97.968)	(101.855)
Repasse Apae de Guaratinguetá	(121.755)	(145.628)
Repasse Apae de Lorena	(8.969)	(9.394)
Repasse Apae de Mogi das Cruzes	(173.767)	(126.049)
Repasse Apae Roseira	(1.056)	-
Repasse Apae Pindamonhangaba	(55.726)	(54.891)
Repasse Apae Guarulhos	(179.494)	(220.718)
Repasse Apae Taubate	(195.846)	(247.522)
Repasse EDP GRID	(126.726)	-
Repasse Federação Nacional	(105.382)	(136.167)
Repasse Sollo Serv. De Call Center	(1.045.940)	(1.070.753)
Total	376.829	339.722

12.2 RECEITA REVISTA COOP

	2018	2017
RECEITA REVISTA COOP		
Recebimento Revista Coop	304.015	268.122
Recebimento- Campanha Troco do Bem	380.972	373.454
Repasse - Campanha Troco do Bem Apae de Diadema	(16.749)	(21.996)
Repasse - Campanha Troco do Bem Apae de Mauá	(20.628)	(27.122)
Repasse - Campanha Troco do Bem Apae de Piracicaba	(13.749)	(14.645)
Repasse - Campanha Troco do Bem Apae de S. Bernardo	(34.758)	(30.731)
Repasse - Campanha Troco do Bem Apae de S. José	(40.395)	(8.651)
Repasse - Campanha Troco do Bem Apae de Santo André	(46.218)	(58.275)
Repasse - Campanha Troco do Bem Apae de São Caetano	(14.212)	(5.759)
Repasse - Campanha Troco do Bem Apae de Sorocaba	(24.394)	(30.775)
Repasse - Campanha Troco do Bem Apae de Tatuí	(13.204)	(21.486)
Repasse - Campanha Troco do Bem Apae de São Paulo	(300)	(783)
Repasse - Revista Coop para Apae de Diadema	(8.578)	(4.076)
Repasse - Revista Coop para Apae de Sorocaba	(13.334)	(11.727)
Repasse - Revista Coop para Apae de Tatui	(14.009)	(12.901)
Repasse - Revista Coop para Apae de Maua	(17.089)	(13.060)
Repasse - Revista Coop para Apae de Piracicaba	(3.270)	(3.131)
Repasse - Revista Coop para Apae de S.B do Campo	(27.596)	(23.537)
Repasse - Revista Coop para Apae de Santo Andre	(50.858)	(49.508)
Repasse - Revista Coop para Apae de São Caetano do Sul	(7.722)	(7.932)
Repasse - Revista Coop para Apae de São Paulo	(498)	(465)
Repasse - Campanha Troco do Bem Apae de S. José	(13.030)	(10.313)
Total	304.396	284.703

12.3 RECEITA TOTAL DO TITULO DE CAPITALIZAÇÃO

	2018	2017
RECEITA TOTAL DO TITULO DE CAPITALIZAÇÃO		
Receita Invest Cap - Produto Valecap Modalidade incentivo	9.118.801	7.614.393
Repasse Invest Cap Apae de São Sebastiao	(64.818)	-
Repasse Invest Cap Apae de Aparecida	(225.201)	(212.175)
Repasse Invest Cap Apae de Caçapava	(255.757)	(243.749)
Repasse Invest Cap Apae de Cachoeira Paulista	(84.852)	(91.581)
Repasse Invest Cap Apae de Campos do Jordão	(109.137)	(103.131)
Repasse Invest Cap Apae de Caraguatatuba	(145.962)	(137.641)
Repasse Invest Cap Apae de Cruzeiro	(246.854)	(166.831)
Repasse Invest Cap Apae de Cunha	(114.769)	(108.077)
Repasse Invest Cap Apae de Guaratingueta	(303.790)	(286.046)
Repasse Invest Cap Apae de Ilha bela	(115.934)	(102.948)
Repasse Invest Cap Apae de Jacareí	(252.093)	(239.221)
Repasse Invest Cap Apae de Lorena	(221.247)	(211.139)
Repasse Invest Cap Apae de Matão	(100.000)	(120.000)
Repasse Invest Cap Apae de Pindamonhangaba	(264.662)	(247.472)
Repasse Invest Cap Apae de Roseira	(59.241)	(55.850)
Repasse Invest Cap Apae de Santo Antonio Pinhal	(12.239)	-
Repasse Invest Cap Apae de São Jose dos Campos	(381.380)	(365.235)
Repasse Invest Cap Apae de Taubate	(308.853)	(288.530)
Repasse Invest Cap Apae de Ubatuba	(143.842)	(147.759)
Total	<u>5.708.168</u>	<u>4.487.008</u>

12.4 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

	2018	2017
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		
Contribuição Anual Apae	117.859	56.736
Contribuição Mensal Apae	295.936	383.484
Renegociação de Contribuição	35.701	34.621
Repasse Conselho de Aracatuba	(3.957)	-
Repasse Conselho de Batatais	(5.434)	(5.597)
Repasse Conselho de Cabreúva	(7.947)	
Repasse Conselho de Catanduva	(5.008)	(5.993)
Repasse Conselho de Guaratinguetá	-	(2.875)
Repasse Conselho de Guarulhos	(4.610)	(6.727)
Repasse Conselho de Jaboticabal	-	(6.075)
Repasse Conselho de Jau	(2.646)	(2.107)
Repasse Conselho de Laranjal Paulista	(3.992)	-
Repasse Conselho de Lençóis Paulista	(4.135)	(4.378)
Repasse Conselho de Lorena	(6.154)	-
Repasse Conselho de Martinópolis	(2.252)	(2.609)
Repasse Conselho de Miracatu	-	(3.071)
Repasse Conselho de Mogi Mirim	(3.718)	(4.415)
Repasse Conselho de Nova Odessa	(8.838)	(7.835)
Repasse Conselho de Pariquera Acu	(2.461)	-
Repasse Conselho de Ourinhos	-	(3.542)
Repasse Conselho de Penápolis	-	(4.778)
Repasse Conselho de Pirassununga	(4.453)	(6.529)
Repasse Conselho de Praia Grande	(2.507)	-
Repasse Conselho de Santa Cruz do Rio Pardo	(3.592)	-
Repasse Conselho de São Caetano do Sul	(6.829)	(6.865)
Repasse Conselho de São Vicente	-	(3.853)
Repasse Conselho de Taquarituba	(2.351)	(3.358)
Repasse Conselho de Tatui	-	(5.677)
Repasse Conselho de Tupã	(1.995)	(2.438)
Repasse Conselho de Varzea Paulista	(8.000)	(3.516)
Repasse Conselho de Votuporanga	(2.413)	(2.927)
Repasse Conselho de Itu	-	(1.333)
Repasse Conselho de Monte Alto	(6.409)	-
Total	349.795	378.343

12.5 REPASSE ALGAR TELECOM

	2018	2017
REPASSE ALGAR TELECOM		
Recebimento Algar Telecom	112.044	76.473
Repasse Apae de Guaira	(11.286)	-
Repasse Apae de Altinopolis	-	(292)
Repasse Apae de Orlandia	(39.746)	(31.156)
Repasse Apae de Sales Oliveira	(9.898)	(9.221)
Repasse Sollo Serv. De Call Center - Algar Telecom	(42.540)	(30.373)
Total	<u>8.573</u>	<u>5.431</u>

12.6 RECEITA DE DOAÇÃO DE LEITE

	2018	2017
Receita para Doação de Leite	1.392.606	-
Conselho Santa Cruz do do Rio Pardo	(73.046)	-
Conselho Taquarituba	(62.591)	-
Conselho Varzea Paulista	(202.116)	-
Conselho Martinopolis	(56.457)	-
Conselho Batatais e Aracatuba	(195.578)	-
Conselho Nova Odessa e Pirassununga	(253.708)	-
Conselho Catanduva, Jau, Lencois Paulista e Tupa	(195.996)	-
Conselho Pariqueira Acu	(43.075)	-
Conselho Lorena	(103.114)	-
Conselho Laranjal Paulista	(62.451)	-
Conselho Cabreuva	(144.474)	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

12.7 PROGRAMA TROCO SOLIDÁRIO (SUPERMERCADOS)

	2018	2017
REPASSE PROGRAMA TROCO SOLIDÁRIO		
Receita Apae de Araçatuba	155	-
Receita Apae de Araraquara	25	-
Receita Apae de Araras	-	74
Receita Apae de Franca	30	21
Receita Apae de São José Rio Preto	80	
Receita Apae de São Carlos	19	33
Receita Apae de Ribeirão Preto	123	-
Recebimento Programa troco solidário	-	2.489
Repasse Apae de Araçatuba	-	(64)
Repasse Apae de Araraquara	-	(17)
Repasse Apae de Catanduva	-	(88)
Repasse Apae de araras	-	(94)
Repasse Apae de Ribeirão preto	-	(675)
Repasse Apae de São Carlos	-	(134)
Repasse Apae de Franca	-	(117)
Repasse Apae de São José do Rio Preto	-	(176)
Total	432	1.252

12.8 PROGRAMA SUPER SALDO MODA E ACESSÓRIO

	2018	2017
REPASSE PROGRAMA SUPER SALDO MODA E ACESSÓRIO		
Receita Programa super saldo moda e acessório	-	1.361
Repasse Apae Ribeirão Preto	-	(885)
Total	-	476

12.9 REPASSE TROCO SOLIDÁRIO (CHOCOLATES MUNICK)

	2018	2017
Receita troco solidário	233	639
Repasse Apae São Paulo	-	(245)
Total	233	394

12.10 REPASSE PROGRAMA BONUS ESFERA

	2018	2017
Receita Bonus esfera	2.124	470
Total	2.124	470
Total Receitas e Repasses - Federação das Apaes	6.750.550	5.497.799

13. TRABALHO VOLUNTARIO

Durante o exercício de 2018 a Entidade apurou um custo de R\$ 129.190 (R\$ 264.910 em 2017) decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

14. ISENÇÃO PREVIDENCIARIA USUFRUIDA

Em atendimento a Legislação vigente valores relativos as isenções previdenciárias gozadas durante o exercício de 2018, correspondem ao montante de R\$ 211.902 (R\$ 208.404 em 2017).

15. RENUNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

16. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos a/ou responsabilidades.

18. IMUNIDADE TRIBUTARIA

A ENTIDADE é imune a incidencia de impostos por forza do art. 150, Inciso VI, alinea "C" e seu paragrafo 40 e artigo 195, paragrafo 7° da Constituicao Federal de 05 de outubro de 1988.

19. FORMA JURIDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A ENTIDADE é uma associacao sem fins lucrativos e de fins não econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Codigo Civil.

20. CARACTERISTICA DA IMUNIDADE

A ENTIDADE é uma associacao sem fins lucrativos e de fins não economicos, previsto no artigo 9° do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes caracteristicas:

- A Instituicao é regida pela Constituicao Federal;
- A imunidade nao pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Nao ha o fato gerador (nascimento da obrigacao tributaria);
- Nao ha o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

21. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTARIA

A unica Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributaria e o Codigo Tributario Nacional (CTN). O artigo 14 do Codigo Tributario Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributaria, esses estao previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalizarao) pode ser comprovado pela sua escrituração contabil (Demonstrações Contabeis, Diario e Razao), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer titulo;
- b) aplicam integralmente, no Pais, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

22. GRATUIDADES EM ASSISTENCIA SOCIAL

Nos termos do Estatuto Social, a Federação das APAES do Estado tem por MISSÃO promover e articular ações de assessoramento, defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos estaduais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas APAES, na perspectiva da inclusão social de seus usuários. Por definição da Lei 12.101, artigo 18, parágrafo 2, § 1º Consideram-se entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

Neste contexto, a FEAPAES/SP trabalhou na perspectiva de promover o assessoramento e capacitação às filiadas na busca da excelência dos serviços prestados, articulando com as esferas públicas, privada e social para defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla. Atividades estas que podem ser validadas no relatório de atividades de 2018.